

# Revisitando os grandes temas do pensamento geopolítico brasileiro

*Wendell Teles Lima<sup>1</sup>*

*Ana Maria Liborio Oliveira<sup>2</sup>*

*Iatiçara Oliveira Silva<sup>3</sup>*

*Nilson César Fraga<sup>4</sup>*

## Resumo

Este artigo tem como objetivo resgatar algumas das ideias geopolíticas do passado recente do país, através da revisão dos principais estudos bibliográficos que analisam a construção e a trajetória geopolítica do Brasil.

**Palavras-Chave:** Geopolítica; Geopolítica do Brasil; Pensamento Geográfico.

## Resumen

Este artículo tiene como objetivo rescatar algunas de las ideas geopolíticas del pasado reciente del país, mediante la revisión de los principales estudios bibliográficos que analizan la construcción y la trayectoria geopolítica de Brasil.

**Palabras clave:** Geopolítica; Geopolítica del Brasil; Pensamiento Geográfico.

## Introdução

Muitas críticas são feitas aos primeiros teóricos da geopolítica brasileira, centradas na naturalização dos fatos sociais, que supostamente fora legado da percepção ratzeliana. A monopolização do conhecimento geopolítico pelos militares foi rechaçada pela academia, remetendo à afiliação da geografia brasileira as análises da escola francesa, sobretudo lablacheana:

Embora o autor seja lembrado pelo pioneirismo ao propor a constituição de um ramo da geografia especificamente dedicado ao estudo do homem na sua interação com a natureza, Ratzel foi importante também para a consolidação da Geografia como uma “Ciência do homem” (a Antropogeografia), servindo de base para os autores e estudos

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia pela UFPR. Docente da Universidade Estadual do Amazonas. Contato: wendelltelesdelima@gmail.com

<sup>2</sup> Mestrado em Estudos Amazônicos. Docente do Instituto Federal de Goiás.

<sup>3</sup> Docente do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga - Universidade do Estado do Amazonas.

<sup>4</sup> Doutor em Geografia. Docente da Universidade Federal do Paraná.

posteriores. Além disso, não se pode esquecer a sua relevância para a formação da “Geografia Política”, expressão usada já no título de um dos seus mais relevantes trabalhos, publicado em 1897. Contudo o autor alemão, nos anos posteriores a sua morte, em 1904, foi duramente criticado e teve a sua obra questionada de forma sistemática por autores advindos da escola francesa da Geografia, desde Vidal de La Blache até Yves Lacoste. Embora não reconhecido pelos críticos franceses, a rivalidade existente entre a França e a Alemanha, desde as disputas territoriais do século XIX, é apontada como um fator relevante para a ênfase nas críticas sobre os escritos ratzelianos. Para agravar ainda mais a situação, o uso indiscriminado e deturpado de suas teorias no decorrer do século XX, com a associação de suas ideias ao expansionismo nazista alemão, corroborou com o desuso de suas obras (GALVÃO e BEZERRIL, 2013, p. 20).

A institucionalização da Geopolítica Moderna brasileira é estabelecida em concomitância às obras de Everardo Backheuser na década de 1920, mesmo que suas ideias sejam propagadas depois desse período:

Os estudos geopolíticos de Backheuser, começando a serem publicados na década de 1920, encontram-se na gênese da sistematização da Geopolítica no Brasil. Embora já consagrado como precursor desses estudos em nosso país, isto não significa que tenha sido o primeiro a ter pensado ou escrito trabalhos de cunho geopolítico por aqui, no entanto, a sua sistematização só veio a ocorrer de fato com seus trabalhos.

Backheuser procurou analisar a realidade nacional discutindo questões como a divisão territorial, a localização da capital federal, a centralização política além de outros temas, sempre objetivando atingir um fim preestabelecido: consolidar a unidade territorial subordinando os diferentes recantos do país ao Poder Central (o centro nervoso da Nação). (ANSELMO e BRAY, 2002, p.110-111).

Costa (2008) alerta que a Geografia Militar é praticada bem antes da própria geopolítica no país, em que as preocupações com os problemas do país interna e externamente são partes integrantes da doutrina militar. Assim, é preciso relativizar os argumentos de Miyamoto (1995), quando diz que os militares foram apenas reprodutores de ideias ocorridas na Europa.

Por sua vez, para Vesentini (2007), o esgotamento do modelo brasileiro baseado na política desenvolvimentista levou ao esgotamento da geopolítica brasileira, determinando novas demandas para o país:

*En resumen, no existe una nueva geopolítica en Brasil en el sentido de un proyecto coherente para los desafíos del siglo XXI. Una geopolítica diferente de la clásica, alimentada en nuevos supuestos: no más el poderío militar y sí el económico-social, que depende fundamentalmente de los llamados recursos humanos – educación, tecnología, poder adquisitivo para la población en general, etc. – y también de la expansión de las libertades, una mayor participación de los ciudadanos en las decisiones y en el control de los gastos públicos, en fin de la implementación de una democracia entendida como proceso permanente (Lefort, 1983). (VESENTINI , 2007, p.10).*

Nesse ínterim, Vesentini (2007) afirma que as políticas territoriais de 1930 até 1980 são marcos não somente discursivos, mas fazem parte de elementos palpáveis na ação estratégica do Estado brasileiro, tendo como preocupação projeções internas e externas do poder, que resultam em sua constituição territorial e na busca de expansão de sua hegemonia no espaço mundial. Portanto, desconhecer o peso dos pressupostos geopolíticos em relação ao poder e ao espaço brasileiro, significa incorrer em uma leitura reducionista de todo o processo social e econômico brasileiro.

Sendo assim, é necessário o resgate dos teóricos clássicos da geopolítica brasileira, na demonstração do componente territorial presente nas tomadas de decisão de nosso país.

### **Os clássicos dos pensamentos geopolíticos brasileiros**

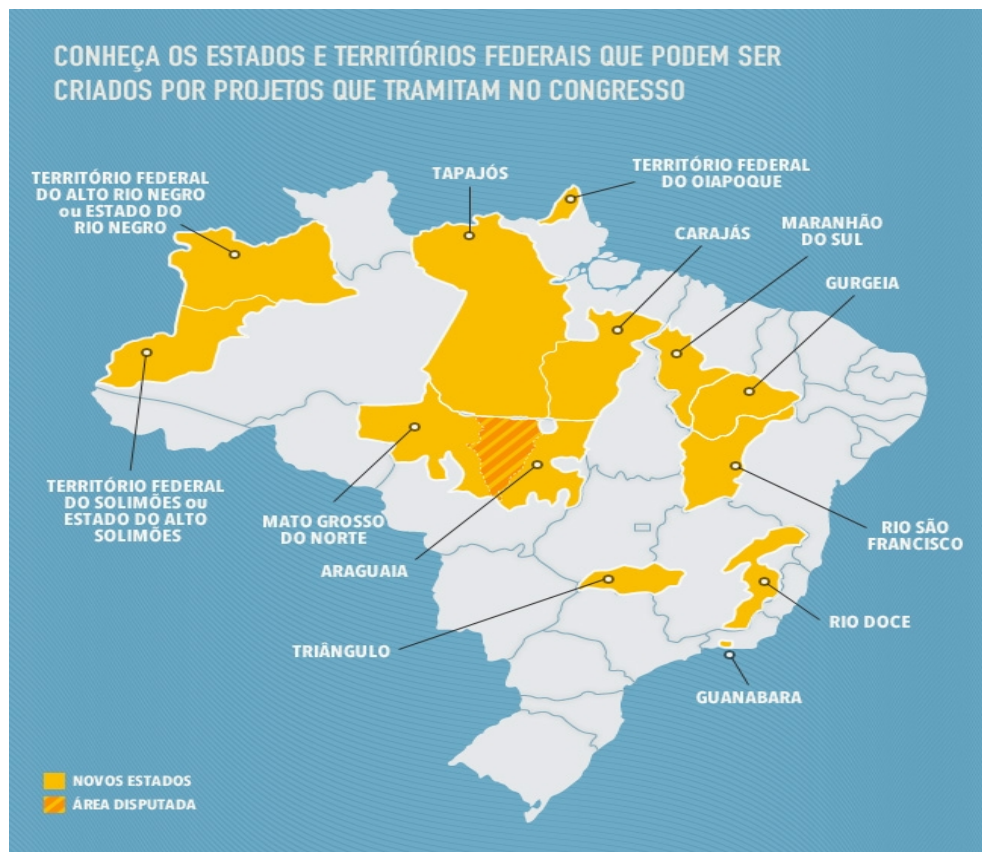
Backhauser (1952) é considerado o precursor do pensamento geopolítico brasileiro, com importantes contribuições em sua análise territorial. Uma de suas ideias mais divulgada foi, sem dúvida, a proposição de uma nova divisão territorial brasileira, baseada na equipotência espacial das unidades políticas.

Backheuser (*apud* Nogueira, 2001) tinha como preocupação a influência política dos regionalismos, em função do poder das oligárquicas que poderiam determinar o rumo político do país, e ao mesmo tempo, levar ao enfraquecimento do poder central e à fragmentação territorial do país.

Assim, Backheuser (1952) considerou uma redivisão política-administrativa do território brasileiro a partir de um equilíbrio entre tamanho da população, atividades econômicas, extensão territorial e limites geométricos, aspectos essenciais na sua proposta de um equilíbrio regional harmônico do país.

Estas distorções para Backheuser eram o reflexo da grande extensão das províncias existentes no Império, uma herança que poderia ser corrigida. Percebe-se claramente que suas preocupações ainda são partes integrantes da pauta do Congresso Nacional, em que as novas propostas de criação de estados são apropriadas justamente pelas oligarquias regionais. Assim, por exemplo, na Amazônia Legal, a grande área territorial de estados como Amazonas, Pará e Mato Grosso, que vão ser denominados pelo Brigadeiro Lysias Rodrigues (*apud* Nogueira, 2001) como uma "monstruosidade geográfica", é presentemente discutida intensamente no Congresso (Figura 01).

**Figura 01** - Mapa que ilustra as propostas das novas unidades federativas.



Fonte: Jornal Acrítica.

A busca pelo aumento de representatividade (Tabela 01) é parte integrante das disputas políticas engendradas a partir dos estados na busca de seus próprios interesses.

**Tabela 01:** Representação política dos estados brasileiros

| Estados             | Atual      | Em 2015    | Diferença    |
|---------------------|------------|------------|--------------|
| Acre                | 8          | 8          | -----        |
| Alagoas             | 9          | 8          | -1           |
| Amazonas            | 8          | 9          | 1            |
| Amapá               | 8          | 8          | -----        |
| Bahia               | 39         | 39         | -----        |
| Ceará               | 22         | 24         | 2            |
| Distrito Federal    | 8          | 8          | -----        |
| Espírito Santo      | 10         | 9          | -1           |
| Goiás               | 17         | 17         | -----        |
| Maranhão            | 18         | 18         | -----        |
| Minas Gerais        | 53         | 55         | 2            |
| Mato Grosso do Sul  | 8          | 8          | -----        |
| Mato Grosso         | 8          | 8          | -----        |
| Pará                | 17         | 21         | 4            |
| Paraíba             | 12         | 10         | -2           |
| Pernambuco          | 25         | 24         | -1           |
| Piauí               | 10         | 8          | -2           |
| Paraná              | 30         | 29         | -1           |
| Rio de Janeiro      | 46         | 45         | -1           |
| Rio Grande do Norte | 8          | 8          | -----        |
| Rondônia            | 8          | 8          | -----        |
| Roraima             | 8          | 8          | -----        |
| Rio Grande do Sul   | 31         | 30         | -1           |
| Santa Catarina      | 16         | 17         | 1            |
| Sergipe             | 8          | 8          | -----        |
| São Paulo           | 70         | 70         | -----        |
| Tocantins           | 8          | 8          | -----        |
| <b>Total</b>        | <b>513</b> | <b>513</b> | <b>-----</b> |

Fonte: G1 – 2014 adaptado pelo autor.

Os estados disputam representatividade no Congresso, exigindo a ampliação de suas bancadas - justificando o aumento da população (caso dos estados da região Norte) -, ou a manutenção do *status quo* (caso do Centro-Sul e Nordeste). Outra fonte de polêmica são os limites mínimo de 8 deputados e máximo de 70 deputados, o primeiro beneficiando os estados menos populosos, e o segundo prejudicando apenas o estado de São Paulo, daí o reforço do discurso de que os estados do Norte e Nordeste exploram os estados do Centro-Sul. O imaginário político e as ideologias geográficas aparecem, nesse caso, como elementos conservadores das relações de poder tecidas no território nacional.

Embora a preocupação com a divisão territorial brasileira atravessasse todo o período republicano e boa parte do período imperial, na atualidade recupera caráter estratégico com

a incorporação do espaço amazônico e a reivindicação de novos e antigos atores territoriais na criação de novas unidades administrativas.

Recentemente, a análise geopolítica da divisão política-territorial brasileira vai surgir na proposta de André Martin (1993), em sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo, em que propõe a fusão de estados para a eliminação de estados fracos, que em sua concepção, são aqueles inviáveis economicamente. Com esse reordenamento territorial espera obter uma equipotência regional, restringindo a influência dos estados fortes que distorcem a própria ideia de equilíbrio territorial.

Entretanto, a redivisão territorial brasileira no sentido da equipotência regional é atualmente combatida com vigor entre congressistas conservadores e progressistas, sendo difícil sua implementação. Ao contrário, o que ocorre atualmente é a proliferação de unidades federativas sem uma discussão ampla de reorganização política do território brasileiro:

Redividir as atuais unidades do Brasil central ou da Amazônia, como quer a maioria das propostas separatistas a nível estadual, significaria agravar as já enormes disparidades de representatividade político espacial. Cada novo Estado implica em três senadores e no mínimo oito deputados federais, e isso levaria a uma maior desvalorização na representatividade do eleitor do Centro-sul. Seria mais um golpe na já frágil e incompleta cidadania e mais um obstáculo no caminho da construção de uma verdadeira democracia no país. E deve-se lembrar ainda quais tais unidades, que são dependentes economicamente e artificiais politicamente, costumam ter um posicionamento político claramente contrário a uma verdadeira federação com descentralização a relativa autonomia estadual a municipal, pois afinal de contas elas sobrevivem às custas da centralização do poder econômico a nível federal. Isso sem contar que, neste momento em que os desafios postos pela globalização e pela Terceira Revolução Industrial deixam à nu a crise do Estado brasileiro e a necessidade de uma redefinição do papel do poder público no país (com o necessário "enxugamento" por um lado, a maior atuação nas áreas de educação e tecnologia, por outro lado), novos Estados em áreas carentes significam uma maior hipertrofia da máquina estatal, o que pode inclusive levar a novos aumentos de impostos sem ocorrer nenhuma modernização ou redefinição da instituição pública. Trata-se em suma de atender a interesses pessoais de alguns políticos e empresários à custa dos reais interesses da maioria da população brasileira (VESENTINI, 2007, p. 2).

A dimensão geopolítica está em segundo plano no que se refere a constituição de novas unidades políticas, pensadas com fins eleitoreiros e/ou visando interesses de grupos políticos locais em torno da apropriação dos repasses financeiros da União.

Como exceção a essa lógica perversa apontada acima, é necessário recordar a criação de territórios federais no período varguista, visando ao tamponamento da zona de fronteira. Na mesma direção, durante o regime militar o general Meira Mattos (1977) destacava a necessidade de estímulo às cidades-gêmeas<sup>5</sup> na zona de fronteira e a criação de territórios federais. A projeção das comunicações brasileiras pela América do Sul, para o também geopolítico militar Meira Mattos (1977), ocorreria por meio dos nódulos fronteiriços, onde poderá extravasar o poder brasileiro a partir dos polos dinâmicos do processo de povoamento e dinamização econômica da região amazônica<sup>6</sup>.

### **A integração territorial**

O expansionismo brasileiro na América do Sul é outro dos temas recorrentes na agenda dos principais geopolíticos brasileiros, desde Mário Travassos até Meira Mattos, em que apresentam a questão territorial imbricada às questões econômicas e físico-ambientais.

A incorporação de novas áreas na Amazônia vai nessa direção, promovendo integração do território e, ao mesmo tempo, a projeção externa do país. Ao salientar esse processo de projeção continental, Costa (2009) observa movimentos que vão desde agregação à colisão:

A América do Sul e o seu processo de integração em curso constituem um formidável laboratório para os analistas da cena internacional contemporânea do Pós-Guerra Fria. Nos últimos anos, sobretudo, a intensificação do processo de integração regional tem desencadeado movimentos de natureza político-estratégica (ou simplesmente geopolíticos) de diversas ordens e direções, em que alguns tendem à convergência, outros à dispersão e, outros ainda, no limite, ao antagonismo (COSTA, 2008, p. 14).

No final da década de 1990, o Estado brasileiro retoma o pressuposto geopolítico que havia sido abandonado ou relegado a segundo plano pelos governos civis. Essa preocupação é retomada no governo Fernando Henrique, com a volta do planejamento

<sup>5</sup>Ainda mais tarde, B. Becker (1998) parece aproximar-se dessa ideia, compreendendo a importância do processo de urbanização na Amazônia como estratégia geopolítica de manter o controle e o fortalecimento da influência do Brasil diante de seus vizinhos.

<sup>6</sup>A Zona Franca de Manaus, criada em 1967, é um projeto nesse sentido, tendo como dinamização as atividades industriais. Dessa forma, outros polos importantes surgiram a partir de programas de assentamento e projetos agrominerais e agropecuários, que servem de base para o dinamismo regional, apesar dos problemas existentes (BECKER, 1998).

territorial por meio do Avança Brasil, tendo por eixo grandes corredores de exportação. Os governos de Lula e Dilma Roussef aprofundam essa lógica da extroversão na economia nacional a partir de eixos logísticos.

Costa (2008) relata que a busca de um maior protagonismo no cenário mundial leva o Brasil a centrar esforços no subcontinente sul-americano como plataforma de projeção. Diante dessa aproximação, na visão do Coronel Cavagnari, a fórmula para o Brasil realizar seu objetivo hegemônico na América do Sul seria através da cooperação e da integração. Mattos (1977) alertava da importância da aproximação dos países amazônicos no controle da região para afastar as influências externas, demonstrando a necessidade de parcerias com os países limítrofes, até então inexpressivas apesar do Pacto Amazônico. A recente ampliação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) com a incorporação da Venezuela traduz essa ideia. Os projetos de infraestrutura física também, como o asfaltamento da estrada Manaus – Caracas, onde o país lança-se em direção ao Caribe, na disputa com os Estados Unidos e México, com o objetivo de exercer influência também nas Antilhas e América Central, e possivelmente projetar-se ao oceano Pacífico.

### **A questão das fronteiras**

Assim, as regiões fronteiriças brasileiras revestem-se de um significado geoestratégico ou de segurança nacional e de zonas de dinamização econômica regional. É o caso da Zona do Trapézio Amazônico, constituída pela Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru. Em função da hegemonia política e econômica da cidade de Letícia, na Colômbia, conforme as atividades econômicas dinâmicas existentes nesta cidade, Nogueira (2001) observa a relação de dependência da cidade brasileira de Tabatinga, em que a supremacia da cidade colombiana estabelece um jogo de forças e influências.

A forma como a fronteira é pensada atualmente, somente pelo viés da integração econômica, acaba por superestimar as relações econômicas em relação as decisões políticas e estratégicas tomadas pelos Estados. Esse é também o caso da ideia de frentes pioneiras:

A geografia francesa tradicional, em meados do século XX, vincularia a fronteira ao conceito-método regional para gerar abordagens únicas de cada porção individualizada do espaço terrestre (MORAES, 2009; MOREIRA, 1998). Com efeito, a geografia regional francesa incorporou aos estudos fronteiriços as fronteiras agrícolas e as paisagens culturais, realidades regionais cambiantes diante das aceleradas transformações socioterritoriais trazidas pela grande indústria. Daí seu uso também na geografia brasileira ao longo do século XX para caracterizar os processos de expansão interna das fronteiras agrícolas (as frentes ou franjas pioneiras), como se denota dos trabalhos desde Pierre Monbeig até Ariovaldo Umbelino de Oliveira, este último analisando as fronteiras internas a partir da expansão da pequena produção agrícola na forma de unidade familiar ou camponesa (CÉSAR e ALBUQUERQUE, 2012, p. 210).

Essa dimensão política da fronteira foi destacada por Ratzel, ao tratar das Leis do Crescimento do Estado, em 1895. As relações fronteiriças são, portanto, feitas de contestações das forças atuantes que são dadas por cada Estado, ou como afirma Ratzel, "as fronteiras são o órgão periférico do Estado".

### **Critica à crítica da estratégia da defesa brasileira**

Albuquerque (2013) analisa as estratégias de defesa do Estado brasileiro envolvendo as fronteiras amazônicas, destacando que a presença do Estado deve se fazer presente por meio de mecanismos da segurança, e não necessariamente pela defesa, precisamente para não gerar uma reação negativa dos países vizinhos que possa cessar os fluxos econômicos transfronteiriços. O argumento do autor resgata os condicionantes geográficos da formação social brasileira, em que a floresta amazônica aparece como elemento de contenção natural contra forças hostis, tal como pioneiramente advoga o geopolítico Golbery do Couto Silva:

Golbery do Couto e Silva foi o principal teórico brasileiro da segurança nacional e o grande responsável pela reelaboração da Doutrina de Segurança Nacional para o caso brasileiro. A geopolítica foi um elemento central no pensamento deste militar, e foi através da sua adequação ao contexto da Guerra Fria que ela foi utilizada para a formulação da variante teórica brasileira da DSN. Golbery do Couto e Silva, no Brasil, e Augusto Pinochet, no Chile, estão entre os maiores geopolíticos do Cone Sul no período da Guerra Fria (FERNANDES, 2009, p. 852).

Andrade (2001) destaca no livro *Geopolítica do Brasil*, as múltiplas direções da penetração brasileira no continente sul-americano. Costa (2008) identifica as áreas de

avanço em direção aos países sul-americanos. A própria estratégia de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai nesta direção ao fomentar projetos de integração física sul-americana.

Na mesma direção, foi inaugurada a rodovia Interoceânica, que une o Brasil (Acre) ao Pacífico, abrindo acesso ao país a esse oceano, cruzando a cordilheira andina, realizando o projeto defendido pelos geopolíticos militares brasileiros de ligações terrestres pelos passos e nudos andinos. Mário Travassos coloca nessas passagens os vetores de transposição dos obstáculos geográficos para alcançar a integração das comunicações regionais:

Travassos assinala ainda que as bacias hidrográficas do Amazonas (grosso modo sob o controle do Brasil) e do Prata (grosso modo sob o controle da Argentina), essenciais à penetração do interior da América do Sul, atingem o Planalto boliviano, conferindo-lhe o caráter de pivot geográfico. Compreende-se, assim, porque o autor considera a Bolívia “o centro geográfico do continente” (id., *ibid.*: 64). E porque faz tantas sugestões no sentido de que o Estado brasileiro implante uma infraestrutura de transportes, por meio da navegação fluvial no Amazonas e da estrada de ferro no Mato Grosso, que lhe permita quebrar o controle exercido pelo Estado argentino sobre a economia boliviana. (VLACH, 2003, p.3-4).

### **A projeção global do poder brasileiro**

A teoria dos hemisférios de Golbery do Couto e Silva fortaleceu-se recentemente com André Martin (1993), que formula uma teoria geopolítica para fundamentar a projeção global brasileira, isto é, uma reflexão para além de sua tradicional área de influência sul-americana. A teoria meridionalista ressurgiu da concepção do país ser um guardião do hemisfério Sul, no que parece lembrar a teoria de Golbery quando propunha que o país fosse o guardião dos interesses do Ocidente no hemisfério Sul. Golbery esperava o reconhecimento americano pelo alinhamento brasileiro na luta global contra as forças comunistas, ainda que nossa contribuição fosse limitada.

No entanto, o meridionalismo de André Martin defende a autonomia do bloco meridionalista em relação aos países centrais, no que parece estar centrada no discurso terceiro mundista. Para André Martin, uma teoria geopolítica brasileira genuína exige a superação dos pressupostos golberianos.

## **A Capital da Geopolítica**

As preocupações quanto a localização da capital do país faziam parte da agenda política desde o Império. Rodrigues (*apud* Nogueira, 2001) preocupava-se com a integração territorial do país, sugerindo que a nova capital deveria ser no interior. A área escolhida era o Triângulo Mineiro, que em sua concepção seria mais estruturada em termos de vias existentes. De acordo com Backheuser (1952), o problema da fundação de uma nova capital no centro do país tinha como fundamento integrar o país territorialmente, ou seja, vinculava a coesão territorial ao projeto de interiorização da capital federal.

Já como realidade nos anos 50, Golbery do Couto e Silva (1981) e Meira Mattos (1977) ressaltavam a importância da capital para a própria soldadura do território, em função do grau de ação política e do direcionamento dos fluxos demográficos à região central do país e, ao mesmo tempo, em direção à Bolívia, com a construção de vias de acesso em todas as direções. Realmente o papel de Brasília foi fundamental no processo de ampliação da região concentrada, identificada pelos geógrafos Santos e Silveira (2001).

Além das questões estratégicas, a nova capital está relacionada ao poder político, configurando novas bases espaciais e sociais do poder a partir da incorporação de novas áreas. Nesse sentido, para Vesentini (2013), a cidade de Brasília e suas formas espaciais estão relacionadas à blindagem do poder político em relação às pressões sociais.

Mas a realocação da capital do país passa também pela aludida preocupação com o processo de integração e interiorização da população, assim como pelo avanço da economia do país, processos ainda em construção com a incorporação de novas áreas. Brasília representa a forma simbólica do projeto de nação, uma ideologia geográfica, mas edificada sobre uma materialidade de formas e fluxos, tendo grande repercussão na construção do imaginário geográfico nacional.

## **A retomada da análise do Estado enquanto ator territorial**

O geógrafo francês Paul Claval (1979) alerta que somente o Estado pode agir quando necessário em todo território, por meio de suas instituições, conjunto de normas e regulações e da burocratização de suas ações. Mas a onda neoliberal através da ideologização

propagada nos países periféricos fez reduzir o papel do Estado no planejamento econômico e territorial, permeando várias análises relacionadas ao Estado, reduzindo a sua importância. E como o Estado tem ganho novas feições, isto tem feito confundir a sua interpretação e importância como agente territorial.

Para Albuquerque (2010), com a derrocada do Estado intervencionista ou Geopolítico ocorre um processo de despolarização do espaço geográfico, cujas políticas de ordenamento territorial sustentavam-se na geopolítica. O autor questiona o discurso despolarizado dos geógrafos e outros cientistas sociais que abraçam os modismos acadêmicos:

Na ciência geográfica esse novo consenso materializa-se na emergência das teorias de desenvolvimento local e ambiental em detrimento do planejamento global de Estado nacional, e na leitura culturalista quase antropológica em detrimento da ideia de modernização. E também nos esforços de dissociação entre geográfica política e geopolítica clássica, a primeira entendida como moderna, a segundo como anacrônica. Com efeito, como a geopolítica é indissociável das estratégias do Estado nacional no controle do território e/ou projeção de poder para o exterior, a geografia política traz a ruptura com a "visão centralista e unitária" do Estado nacional em nome do desvelamento das diversas estratégias espaciais de poder de uma plêiade quase infinita de atores e instituições. É impossível deixar de perceber que esse novo consenso fabricado entre os geógrafos – ainda que baseado apenas na negação dos discursos geográficos associados ao Estado-nação, se aproxima da proposta de desconstrução de todas as relações de poder tão em voga entre os sociólogos e filósofos pós-modernos. Esperando reconhecimento de seu estatuto científico num mundo que passa por profundas mudanças, os geógrafos tem enveredado por temas cada vez mais variados, se aproximados perigosamente da antropologia e da ciência política ao ponto de colocar em xeque a própria unidade do objeto de estudo geográfico (ALBUQUERQUE, 2010, p. 69-70).

No momento atual, as ações dos Estados centrais estão mais presente do que nunca na coordenação dos fluxos globais, validando seus próprios interesses. Desses centros emana a ideologia da abertura das fronteiras dos Estados periféricos e do desmonte da regulação estatal, dando a falsa impressão do fim da história (das lutas políticas) e dos obstáculos da geografia.

A "permeabilidade das fronteiras" ocorreu inicialmente pela desregulamentação do mercado de capitais e com o fortalecimento das grandes corporações privadas e dos atores supranacionais de regulação, como os organismos internacionais. Castro (2005) ressalta a importância da escala geográfica para a compreensão dos fenômenos em sua totalidade,

onde o Estado aparece essencialmente na compreensão dos fenômenos intermediados nas escalas internacional e local-regional.

A atual pulverização das análises e seu reducionismo às microescalas conduzem a interpretações errôneas da realidade e, ao mesmo tempo, à falsa ideia de que as assimetrias de poder e as disputas mundiais foram dirimidas. Não se trata de defender uma análise estadocêntrica - crítica comum nessas análises microescalares -, mas de privilegiar um entendimento da relevância do Estado na constituição do espaço geográfico e nas disputas políticas na arena mundial.

### **Considerações finais**

Parece-nos que os críticos dos geopolíticos brasileiros não compreenderam a natureza e propósito dos estudos das condicionantes geográficas da política, tampouco a importância do planejamento das redes de transporte, energia e comunicações. Essa recusa em discernir os desígnios geopolíticos da evolução da formação social brasileira denota uma profunda ausência de comprometimento com a própria análise da realidade brasileira, que agrava-se quando coexiste com a negligência intelectual em refletir a construção de um projeto de desenvolvimento nacional.

A geopolítica não é específica do regime militar. Os governos civis necessitam da análise das condicionantes geográficas para programarem as ações do Estado, logrando um ordenamento territorial condizente com as aspirações da sociedade brasileira.

### **Referências**

ANDRADE, Manuel Correia. **Geopolítica do Brasil**. São Paulo: Papirus, 2001.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. A Geopolítica da Dependência como estratégia brasileira de inserção no Sistema Internacional. **OIKOS**, n.1, pp. 67-82, 2010.

\_\_\_\_\_. A Geopolítica da Amazônia no Século XXI. **GEONORTE**, Edição Especial 3, vol.7, n.1, pp.945-964, 2013.

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza, BRAY, Silvio Carlos. **Geografia e Geopolítica na Formação Nacional Brasileira: Everardo Backheuser**. R.C. da Unesp, pp.109,119, 2002.

BACKHAUSER, Everardo. **Geopolítica Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1952.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 6 ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

CASTRO, Iná Elias de Castro. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

CESAR, Tamires Regina Aguiar de; ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. As fronteiras na era da globalização e os novos rumos da "Geografia Política". **Sociedade e Território**. Natal, vol. 24, n. 2, pp. 209 - 222, jul./dez. 2012.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: EDUSP, 2008.

\_\_\_\_\_. **O Brasil e a América do Sul: Cenários geopolíticos e os desafios da integração**. **Confins**, São Paulo, n. 7, 2009. Disponível em <<http://confins.revues.org/index6107.html>>. Acesso em 28 de jan. 2013.

FERNANDES. Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, vol.. 2, n. 4, pp. 831-856, jul.-dez. de 2009.

GALVÃO, Iapony Rodrigues, BEZERRIL, Kelia de Oliveira. Friedrich Ratzel: uma Análise da Difusão de suas Ideias no Contexto da Geografia Brasileira. **Sociedade e Território**, Natal, vol. 25, n. 1, pp. 19 - 29, jan./jun. 2013.

MARTIN, André Roberto. **As fronteiras e a "questão regional" do Brasil**. Tese de Doutorado. FFLCH - USP. São Paulo, 1993.

MATTOS, Carlos de Meira. **A geopolítica e as projeções do poder**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.

MIYAMOTO, Shiguenol. **Geopolítica e poder no Brasil**. São Paulo: Papirus, 1995.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Amazonas: a divisão da "monstruosidade geográfica"**. Tese de Doutorado. FFLCH - USP. São Paulo, 2001.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record, 2001.

VLACH, Rubia Vânia. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. **Terra Brasilis**, n. 4-5, pp.1-13, 2003.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: O poder executivo & Geopolítica do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

VESENTINI. José William. La Crisis de la Geopolítica Brasileña. Existe Hoy Nueva Geopolítica Brasileña? **Revista Política y Estrategia**, n. 108, 2007.

VESENTINI. José William. **Democracia, federalismo e redivisão territorial**. Disponível em <http://geocritica.com.br/artigos.htm>. Acesso em 16 de dez. 2013.

***Recebido em Agosto de 2014.***  
***Publicado em Janeiro de 2015.***